

“O professor achava que eu não deveria estar ali”: o feminino e o desafio profissional na ciência e tecnologia

*“The Teacher believed that I should not be there”:
the feminine and the Professional challenge in
science and technology*

Raquel da Silva Guedes¹

Resumo: Durante séculos discursos médicos, religiosos e legais confinaram a mulher a uma vida privada, elas foram projetadas discursivamente para obedecer um tutor em defesa da moral e dos bons costumes. Os anos avançaram e conseqüentemente a luta feminina por direitos e espaço, de modo que elas conquistaram o voto, o espaço público e aparentemente a liberdade. Sabemos que mudar certos discursos envolve modificar culturalmente uma sociedade, tal fator é um exercício difícil e é por esta causa que na atualidade as mulheres que enveredam profissionalmente na Ciência e Tecnologia corresponde a um número limitado em comparação aos homens, bem como, nesta área elas costumam enfrentar olhares atípicos, preconceito e desafios fundamentados na diferença de gênero. As mulheres engenheiras - seja civil, elétrica ou mecânica -, cientistas e programadoras são encaradas como um corpo transgressor, elas quebram uma regra comum de maneira tão contundente que imaginá-las em tais ofícios parece difícil

1 Mestra e graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Pesquisa sobre mulheres na Ciência e Tecnologia.

ao senso comum, uma vez que deixaram o corpo disciplinado. Como o corpo feminino passou de disciplinado a transgressor? Como a mulher da Ciência e Tecnologia adaptou suas práticas para se inserir nesse meio atípico?

Palavras-chave: Corpo Transgressor; Mulher; Ciência e Tecnologia.

Abstract: *For centuries medical, religious and legal discourses have confined the woman to a private life, they were designed discursively to obey a guardian in defense of morality and good manners. The years advanced and consequently the women's struggle for rights and space, so that they won the vote, the public space and apparently freedom. We know that changing certain discourses involves culturally modifying a society, such a factor is a difficult exercise and it is for this reason that currently women who enter professionally in Science and Technology correspond to a limited number compared to men, as well, in this area they tend to face atypical looks, prejudice and challenges based on gender difference. Female engineers-be they civil, electrical or mechanical-scientists and programmers are regarded as a transgressing body, they break a common rule so forcefully that imagining them in such crafts seems difficult to common sense since they have left the body disciplined. How did the female body go from disciplined to transgressor? How did the woman of Science and Technology adapt her practices to fit into this atypical environment?*

Keywords: *Body Transgressor; Woman; Science and technology.*

Depois que terminei o mestrado tive uma péssima experiência de trabalho. Fiz uma seleção, fui a primeira classificada, mas não fui chamada para uma empresa. Soube em off que o meu psicotécnico tinha sido o melhor, todos os testes tinham sido o melhor, alguns colegas estavam fazendo, mas não fui chamada. Claro que eles preferiram um homem né? Pra entrar na produção. Depois de um tempo eles me chamaram pra assumir a gerência de vendas, mas eu não gostei (PEREIRA, 2015, p.11).

O fragmento acima é da entrevista realizada com Helena Pereira, primeira aluna a se formar em Engenharia Mecânica na Universidade

Federal da Paraíba, em 1982. A entrevistada relata nessa passagem como foi a primeira experiência ao tentar se inserir no mercado de trabalho após o término da pós-graduação a nível de mestrado. Sabe-se que as mulheres conquistaram um espaço de direito no meio público, mas a prática ainda é pequena, para alcançar os objetivos, o feminino precisa lutar mais, por muitas vezes questionar os resultados, é uma busca constante que gerou o movimento social feminino, no tema desse artigo especificamente, o movimento das mulheres engenheiras.

Helena revela que fez a seleção e teve conhecimento após a divulgação dos resultados que foi a primeira classificada, mas não foi chamada. Curiosa com o ocorrido, após ter contato com colegas que também fizeram a seleção, a mesma tomou conhecimento que os testes que realizou foram os melhores do processo seletivo e que mesmo assim ela não foi convocada para assumir a vaga. Helena explica, em seguida, que o cargo disponível era para chefe de produção e que acha que em tal setor era preferível um homem para ocupar o cargo. Meses depois, chamada para assumir a gerência de vendas, a entrevistada afirma que só passou três meses exercendo referida função por acreditar que tal setor não tinha haver com a sua área específica.

Qual o motivo pelo qual Helena, mesmo sendo primeira classificada, não foi chamada? Não podemos responder com exatidão a pergunta, porém devemos refletir sobre o caso. Estamos falando do ano de 1985, fase em que os direitos das mulheres estavam sendo reivindicados, como vimos no capítulo anterior, para a população as mulheres nas engenharias ainda era raridade e por isso seu profissionalismo duvidoso, trata-se de um campo novo em exploração.

Por esse ocorrido, Helena se mostrou frustrada e em entrevista afirmou que decidiu seguir para o doutorado e tentar carreira acadêmica, pois acreditava que “poderia se dar melhor”, que haveria para ela maiores chances de crescimento profissional e que talvez tivesse maior afinidade nesse ramo do que em empresas. Assim como ocorreu com Helena, aconteceu com outras engenheiras, conforme apresentaremos nas próximas páginas desse trabalho. Constatamos que algumas mulheres sentiram-se injustiçadas em ambiente de trabalho e muitas desistiram de certas vagas devido à dificuldade imposta

em alguns ramos. Pode-se dizer que tal realidade ocorreu devido a transgressão, além do estranhamento que era uma mulher em um mercado que até então tinha predominância masculina. O compartilhamento de determinados saberes com as mulheres causaram um estranhamento e conseqüentemente gerou situações de desconforto, como a relatada pela entrevistada.

Conhecendo essas ocorrências, entendamos melhor alguns conceitos: para Foucault (1999) há determinados tipos de saberes, a medicina é uma expressão de um saber, a química e as ciências humanas também o são, esses ramos de estudos distintos respondem a perguntas específicas que dão sustento a teorias, como por exemplo, a medicina responde os porquês que explicam a loucura. Dessa maneira, quem possui um saber, possui um conjunto de conhecimentos determinados, logo, é capacitado para responder com autoridade sobre determinado tema: apenas um médico pode diagnosticar com prioridade uma doença, uma vez que, obtém legalmente o saber específico. Muito embora, seja necessário salientar que, uma pessoa comum pode diagnosticar também uma enfermidade com o saber comum e observatório, mas ela não é aceita por lei, já que não possui a licença médica legal, ou seja, o saber específico autorizado e/ou a autoridade do discurso.

Para Foucault, o poder “não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (1999, p.10), o poder está em todos os lugares como uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (2007, p.103). Assim sendo, quem tem um saber específico sobre algo, articulando seu conhecimento em uma prática social está exercendo um poder sobre algo e/ou alguém, como por exemplo o estado, que usando a política exerce um poder sobre o povo.

Entendamos um pouco desse jogo de saber-poder em mais um fragmento da entrevista com Helena Pereira, onde a mesma relata uma perseguição que sofreu na universidade:

A primeira cadeira que eu entrei no curso foi a cadeira de Oficina Mecânica, isso foi um choque pra mim porque... o professor queria que eu lixasse uma peça, que eu serrasse uma peça, me

deu uma chapa de meia polegada para eu serrar, umas coisas, assim, muito ignorantes, que eu não tinha nem condição [...] ele achava que eu não devia estar ali. Pressionava, claro! Que a primeira coisa que ele disse quando eu entrei lá na oficina “Se alguém cortar a chapa dela...” Pra você ter uma ideia o departamento teve que intervir entre mim e ele, porque nesse dia que eu fui cortar ele pediu que a gente trouxesse uma chave de boca e a chapa era de meia polegada, que era pra ser cortada na mão, numa serra de mão, certo? Minhas mãos começaram a sangrar, e aí os meninos da oficina com pena, é óbvio eu não tava acostumada, era uma menina e eu não tinha aquela mão de homem pra tá serrando, e eu não tava fazendo engenharia pra tá serrando uma chapa né? Eu sei que pela primeira vez na vida eu desrespeitei um professor. Quando eu cheguei no outro dia com a mão cheia de esparadrapo aí o pessoal da oficina disse “Olhe a gente não vai poder lhe ajudar não porque o professor não deixou, disse que se eu cortasse, mexesse na sua peça, se a gente ajudasse você com qualquer coisa a gente ia...” Isso era o pessoal que trabalhava na oficina. Meus colegas do mesmo jeito! Ele proibiu todo mundo de fazer isso, e aí eu me zanguei com ele, nós tivemos uma discussão e eu peguei a peça assim cortada depois de duras penas, que eu tinha cortado no dia anterior, mas eu sacudi assim com vontade de jogar nele! Só que eu não joguei, eu joguei no chão, e aí fui direto pro chefe de departamento chorando e eu sei que eles arrumaram lá um jeito de eu pagar a disciplina sem passar mais pelo professor e eu nem entrei mais na oficina (PEREIRA, 2015, p. 10).

A situação acima mostra que o professor tinha uma relação de poder pelo cargo de professor que ele efetivamente exercia e que por isso não podia ser desobedecido pelos funcionários ao proibir os mesmos de ajudar Helena. O lugar de poder do professor também se mostra quando o mesmo se utiliza da estratégia de obrigar a aluna (entrevistada para nossa pesquisa) a fazer serviços no laboratório que cabiam a equipe de funcionários e que de acordo com a entrevistada não era próprio da disciplina, nem do curso de Engenharia Mecânica. A atitude desse professor indica uma possível estratégia, visando levar então a aluna Helena à desistência da disciplina e/ou provavelmente da gradu-

ação. Podemos ainda inferir por esse trecho do relato de Helena que o professor é quem detém o “saber específico”, pois obtinha o conjunto de saberes sobre a oficina mecânica e que tal condição de saber lhe proporcionava poder diante da turma.

O que fez o professor se sentir incomodado com a presença de Helena no espaço educacional? Certamente uma compreensão de mundo que tinha sua formação discursiva baseada em práticas de séculos e décadas anteriores aquele momento – fins da década de 1970, começo da década de 1980. Ou seja, incorporara um discurso e apegou-se a uma lógica cultural masculina de ocupação de espaços que já não correspondia ao tempo do presente de suas experiências, uma prática que buscava autoridade num discurso que delimitava os espaços femininos. Dessa forma, ainda é necessário entender, em tal raciocínio, que o responsável por articular o saber e o poder é o discurso, por essa razão, “deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme e nem estável” (FOUCAULT, 2007, p.111), deve-se ver o discurso como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes (FOUCAULT, 2007).

“O discurso veicula e produz o poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 2007, p.112), seja na justificativa de um saber ou através da opressão, como ocorreu com a entrevistada. Saber, poder e discurso são três velas que mutuamente se completam e se compõem gerando determinadas consequências sobre algo e/ou alguém, sobre situações ou classes sociais. Pensemos como exemplo no objeto de nossa pesquisa - as mulheres – o saber do professor o fez exercer um poder diante da turma e de certa maneira ser mais rígido com Helena por se identificar com um discurso que por muito tempo discriminou e desqualificou as habilidades femininas.

Para Foucault existem relações de poder, o poder não é um objeto, mas “uma maquinaria que se dissemina por toda uma estrutura social” (1999, p.14). Possuindo uma riqueza estratégica para gerir a vida dos homens, controlar suas ações e utilizá-lo ao máximo disciplinando-os, pois a disciplina “implica em registro contínuo de conhecimento, ao

mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber” (FOUCAULT, 1999, p.18). Assim, o poder disciplinar dotado de saber fabrica um indivíduo, em uma determinada época, fazendo dele “uma produção do poder, mas também, ao mesmo tempo, um objeto do saber” (Foucault, 1999, p.20), nessa perspectiva de análise vimos que, durante séculos o saber construído sobre a mulher fabricou um indivíduo a partir de um discurso de poder sob justificativa de um saber específico que determinava que os lugares sociais entre mulheres e homens eram distintos.

O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. (Foucault, 1999, p.21).

Nesse aspecto, avaliemos em particular a história de Carmem Coutinho de forma a conseguir perceber o exercício de saber-poder. Nascida em 1903, foi engenheira urbanista. Fez carreira profissional, ao colar grau em abril de 1926, sendo nomeada engenheira-auxiliar pelo então prefeito do Distrito Federal Alaor Prata, paraninfo da turma. Sua nomeação foi provavelmente motivada (segundo seu depoimento) por ser a única mulher na turma. Dessa forma, Carmen ingressou no quadro de engenheiros da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura da Capital Federal. Desde 1925, ainda no último ano do curso de engenharia, Carmem começou a dar aulas no Colégio Pedro II². Contudo, o fato de uma mulher ministrar aulas num internato masculino foi um alvoroço. O Ministro da Justiça quis interferir na nomeação da mesma para o Colégio, mas não conseguiu tirá-la da cátedra, assim sendo, Carmem permaneceu lecionando por mais três anos, até decidir pedir demissão (Programa Mulheres na Ciência, 2012).

2 O Colégio Pedro II é uma tradicional instituição de ensino público federal, localizada no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. É o terceiro mais antigo dentre os colégios em atividade no país, depois do Ginásio Pernambucano e do Atheneu Norte-Riograndense. É nomeado em homenagem ao imperador do Brasil D. Pedro II.

A Diretoria de Viação e Obras da prefeitura era ocupada por um engenheiro quando Carmem foi trabalhar no local, a primeira tarefa que ele a incumbiu foi vistoriar um para-raios instalado no alto do edifício da prefeitura. Para realizar essa tarefa era necessário subir no telhado do prédio, um exercício um tanto perigoso. Por sorte, a engenheira tinha treinamento em alpinismo, quando estudante pertenceu ao Centro Excursionista Brasileiro³. Nos termos de Carmem Portinho, subir em um telhado era fácil, muito mais difícil, segundo ela, era saber como funcionava o para-raios, uma vez que a especialidade da mesma era a Engenharia Civil (Programa Mulheres na Ciência, 2012).

A situação é curiosa e demonstra o exercício de poder do diretor sobre a funcionária, possivelmente como uma maneira de colocá-la um desafio, de forma a avaliar sua capacidade no cargo, o problema foi a troca de atividades, uma vez que, Carmem era Graduada em Engenharia Civil e não entendia do funcionamento de uma para-raios.

Promovida no emprego, em meados da década de 1960, a convite do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, criou a Escola Superior de Desenho Industrial, uma experiência pioneira para a época, Naqueles anos, mesmo no exterior, havia poucas escolas de desenho industrial, das quais, a mais famosa era Bauhaus, na Alemanha. Coube a Carmem dirigir por vinte anos a Escola de Desenho Industrial, depois incorporada a Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Destacou-se também como ativista feminista, juntamente com Bertha Lutz, lutando no país pelo direito do voto feminino, ganhando nome e admiração de algumas mulheres que simpatizavam com tal reivindicação. Falecida em 2001, aos 98 anos, Carmem inspirou mulheres em uma época de desbravamento profissional, onde as gerações de engenheiras foram se sucedendo em maior número, sua atuação na Escola Superior de Desenho Industrial foi de importância por ser um ramo pioneiro no Brasil.

3 Centro Excursionista Brasileiro (CEB) é um clube de montanhismo localizado na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado brasileiro do Rio de Janeiro.

O diretor de Viação e Obras da prefeitura em que Carmem trabalhou, é fruto da produção de discurso que estranha a mulher exercendo funções tidas como masculinas. Transformado pela construção de um saber, ele tem no cargo de confiança que exerce em seu trabalho uma autonomia que o permite usar o seu poder diante de outra pessoa, o que o permitiu designar tal atividade a Carmem. A problemática da ação se dá no fato de o diretor ser dominado por procedimentos técnicos e estratégicos discursivos que o permitiram uma produção de poder sobre a engenheira dentro da repartição, que soou como uma atitude de exclusão.

Esse mecanismo é possível devido as táticas do discurso que são responsáveis por sustentá-lo, pois os discursos mantêm os saberes e geram os poderes, sendo o último intencional e não subjetivo (FOUCAULT, 2007, p.105). Sob essa análise, não devemos procurar o poder sob quem o domina – os adultos e os pais – e nem sob a ótica de quem possivelmente é privado – os adolescentes e as crianças – mas sim sob as correlações do seu próprio jogo, devemos procurar dentro das “Distribuições de Poder” e das “Apropriações de Saber” de forma a entender que as relações poder-saber são matrizes de transformações (FOUCAULT, 2007).

Essa relação pôde ser transformada no ato em que Carmem conseguiu consertar o para-raios e quando a mesma assumiu a direção da Escola de Desenho Industrial. Houve uma transformação do poder-saber e uma banalização a construção de discurso que separou lugares sociais por gênero. É necessário também avaliar que há um método, uma série de procedimentos pelos quais o poder se exerce - como por exemplo, dos pais para com os filhos – ocasionando em uma relação de poder, que nada mais é do que uma relação de força, enfrentamento e, portanto pode ser reversível, “pois não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja irreversível” (FOUCAULT, 2012, p.227). Foi isso que nos mostrou a persistência feminina por direitos civis e a atuação de Carmem.

Falar sobre algo é produzir um discurso sobre determinado tema, mas autenticá-lo é produzir uma verdade. Essa, se bem fundamentada, forma uma construção cultural de difícil desconstrução. Foi por

isso que o professor de Helena e o diretor da repartição de Carmem acabaram tendo atitudes infelizes, o que reverteu esse quadro foi o ato de reivindicação de ambas. Nesse aspecto, vale salientar, que por muito tempo acreditando nessas verdades discursivas, as próprias mulheres se desmereceram em alguns aspectos, consentiram a superioridade dos discursos, sendo essa uma expressão de violência simbólica gerada pelo saber-poder (COLLING, 2004). Pensemos então, estamos sobre um jogo de adversários: Poder do Discurso X Discurso de Poder. O que foi lançado como exemplos discursivos nessa pesquisa até o momento pode ser considerado um discurso de poder ou foi inflamado pelo poder que o discurso detém?

O poder do discurso demarcou a diferença de gênero, mas foi o discurso do poder que designou os diferentes lugares sociais a partir do gênero, por isso foi e é importante que as mulheres reinventem o lugar social, para desconstruir o discurso de poder que ocasionou restrições. A procura pela vida profissional é um exemplo de reinvenção, as profissões de maior prestígio que exigiam nível universitário como a Medicina, Direito e Engenharia por muito tempo foram de difícil acesso para as mulheres. O ambiente universitário era considerado de domínio predominantemente masculino, foi apenas em 1879 que a legislação brasileira autorizou as mulheres a frequentar instituições de ensino superior e se titular no país, antes disso, as que tinham o desejo de cursar o ensino superior e tinham condições financeiras recorriam ao exterior (MATOS, BORELLI, 2013).

No Brasil, um exemplo marcante na corrida pelo alcance profissional foi o de Mirtes Campos, natural do Rio de Janeiro, interessou-se pela carreira do Direito, matriculou-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e concluiu o curso em 1898. Depois de diplomada era preciso ser reconhecida como advogada, e para isso era necessário registrar o diploma na Secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal e obter a inscrição no Tribunal da Relação. Esses órgãos nunca tinham recebido demanda feminina quanto ao exercício da profissão e, assim, protelaram a decisão, além de colocarem empecilhos na tramitação do registro do diploma. Mirtes insistiu e depois de oito anos de graduada conseguiu o registro, pôde assim

associar-se, em 1906, ao Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), que havia sido criado em 1843 no Governo Imperial como um órgão consultivo do Estado e formulava pareceres para os tribunais provinciais e nacionais, foi apenas em 1930 que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seria criada (MATOS, BORELLI, 2013).

A admissão de Mirtes Campos como integrante do grupo de advogados permitiu-lhe tornar-se a primeira mulher a exercer efetivamente a profissão de advogada no Brasil. No mesmo ano de sua filiação ao IAB, estreou no tribunal do júri. O fato inusitado chamou a atenção da imprensa, que noticiou o julgamento, levando uma pequena multidão a lotar a sala para assistir tal desempenho, a ação da imprensa e da população demonstra o estranhamento social devido a uma mulher estar no tribunal do júri trabalhando. Convincentemente e com argumentação jurídica, Mirtes obteve a absolvição do réu, firmando-se definitivamente como advogada profissional (MATOS, BORELLI, 2013).

Uma sala lotada em um julgamento comum não é corriqueiro, tal acontecimento juntamente com a divulgação do ocorrido ao público através dos meios de veiculação na época deveu-se ao fato de Mirtes ser uma transgressão, no momento em que se formou e em que estava dentro do júri defendendo um réu ela ultrapassou a linha do atípico, por isso as pessoas precisavam “ver com seus próprios olhos” a atuação da advogada, presenciar o inovador. Mirtes estava reinventando lugares, entendamos a importância de tal atitude a seguir.

FUGINDO ÀS REGRAS, PRODUZINDO CIÊNCIA, REINVENTANDO LUGARES

Em nosso artigo, transgredir está associado ao não cumprimento de uma regra e/ou de costumes impostos pela sociedade. Partindo desse pressuposto, quando a transgressão é feita pelas mulheres, elas estão consequentemente violando a cultura e o discurso que as limitaram em alguns aspectos. Foucault define por transgressão:

Um gesto relativo ao limite; é aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas talvez também sua

trajetória na totalidade, sua própria origem. A linha que ele cruza poderia também ser todo o seu espaço. O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples: a transgressão transpõe e não cessa de recomeçar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível (FOUCAULT, 2012, p.32).

Assim, pode-se dizer que o corpo que transgride passa do limite estabelecido, sendo uma manifestação a disciplina a que estava confinado, ele se rebela e passa a ser visto como algo que foge as regras, pois “o limite e a transgressão devem um ao outro a densidade de seu ser” (FOUCAULT, 2012, p.32). Helena afirma em entrevista que após o episódio com o professor, por muitos dias na universidade, ficou conhecida como a “mulher machona” que teve coragem de enfrentar o responsável pela disciplina. A atitude da entrevistada, por ser incomum para alunos e além de tudo para uma aluna fez com que os companheiros de curso ligassem o comportamento de Helena a um homem, prova de uma transgressão.

Tudo que é fadado à proibição e é executado ou falado indica um movimento de transgressão, o caso do sexo por exemplo, por muito tempo proibido pelos discursos religiosos e pela moral e bons costumes não deveria ser comentado em público e nem no meio privado. Falar sobre o tema era visto como uma transgressão deliberada, como afirma Foucault (2007), pois falar no assunto era contra os poderes e as leis. Além disso, a transgressão estava também associada ao corpo que não segue determinada regra, se uma mulher tinha costumes masculinos ou mesmo o modo de se vestir de um homem ela indicava uma anomalia que poderia ser vista até como patológica, pois era uma transgressão a regra (FOUCAULT, 2007).

Por exemplo, as militantes femininas, em 1950, vestidas com calças e tendo expressões pouco femininas foram vistas como mulheres que masculinizaram seus modos. Dessa forma, foram ridicularizadas em matérias da imprensa, colocadas como masculinas, feias, despeitadas, mal-amadas e amorais (SOIHET, 2005). Algumas delas com o passar dos anos foram não só associadas as lésbicas, mas julgadas

como tal. A Folha da Noite, em 1930, em uma de suas páginas trouxe um relato não identificado com comentários agressivos: “senhoras de todo o mundo que estão levando os direitos da mulher não deveriam ser chamadas de ‘Feministas’ e sim ‘Masculinistas’, pois vestem-se como homens, são ambíguas” (SOIHET, 2005, p.325).

Foucault afirma que a importância da transgressão está em afirmar o ser limitado, denunciando também o ilimitado no qual se lança, abrindo-se para a existência de maneira nova (2012), “a transgressão se abre para um mundo cintilante e sempre afirmando um mundo sem sombras (...) sem a intromissão do não, que crava no mundo sua contradição” (FOUCAULT, 2012, p.34).

Ana Maria Costa comprova esse raciocínio quando diz: “Meu marido dizia ‘papai é contra isso, contra aquilo’ e eu dizia ‘pois ele vai se acostumar’” (COSTA, 2012, p.19). Ana Maria estava se lançando em um novo modo de existência, passando do ilimitado, era um corpo transgressor e por isso o seu marido demonstra um receio ao pensar como os pais iriam entender essa modificação de costumes. Ao mencionar que o pai era contra certos posicionamentos, ele queria que ela mantivesse o controle na frente do sogro, de maneira a compreender o tempo e os pensamentos desse pai que era de outra geração.

Foucault (2013) coloca que foi durante a Idade Clássica que houve a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder, seria dessa maneira, possível encontrar sinais de uma grande atenção dedicada a partir de então ao corpo, destacando-o como algo que se modela, manipula-se, treina-se, que obedece e é hábil. Pensando sob esse aspecto, podemos concluir que o corpo sendo ambíguo e dotado de poder de comunicação, precisa ser disciplinado. As disciplinas, complementa Foucault (2013), são os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, controlando forças e impondo uma relação que ele chamou de docilidade-utilidade.

Como exemplo de disciplina, observemos mais uma fala de Ana Maria Costa, onde comenta sobre a família do marido: “A família do meu esposo, o pai era muito severo, as mulheres comedidas, depois de casada fui a praia de biquíni, mas todas elas usavam maiô” (COS-

TA, 2012, p.18). A severidade do pai controlou a exibição do corpo das filhas, possivelmente por respeito ao pai e até vergonha de mostrar o corpo na praia, elas configuram um corpo disciplinado.

O corpo, obtendo expressão própria, tinha que ser adaptado conforme a função que o meio público e político desejava, por exemplo, as escolas disciplinam o corpo das crianças e o exército de seus recrutas. Do mesmo modo foi feito com as mulheres, o corpo precisava ser disciplinado de forma a adequar-se à realidade e função social. Destacamos então, que as disciplinas são além de tudo, formas de dominação, são importantes para a formação de uma relação que o torna no mesmo mecanismo mais obediente e dessa maneira mais útil:

Forma-se uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 2013, p.133).

Pode-se interpretar que a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, cria corpos “dóceis”, aumentando as forças do corpo no quesito utilidade e diminui em energia e potência (FOUCAULT 2013), ou seja, a disciplina manipula para que o meio usufrua desse corpo disciplinado, mas o sujeito perde suas características de personalidade, ele é castrado, fadado a não reivindicar e apto a servir.

Foi o corpo disciplinado juntamente com os discursos que profanavam os lugares sociais de acordo com o gênero que possivelmente distanciaram as mulheres da ciência e tecnologia. Dessa maneira, um corpo feminino que se dedica a tal atividade não é só incomum, é transgressor, ele agride as normas de sua disciplina em busca de um meio que comumente não o pertence, logo ele estava desestabilizando o meio científico.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que o fato de uma mulher estar em um lugar dito culturalmente masculino já se constitui uma transgressão, as mulheres frequentando universidades em 1920 no exterior e em 1950 no Brasil já demonstram isso. A disputa por esse espaço constitui um ato incomum, ao mesmo tempo em que o espaço de conquista é disciplinador, ou seja, essa disputa pode ser transgressora, mas o espaço é disciplinar, as mulheres precisam aderir aos costumes da profissão, esses que são ditos como culturalmente masculinos.

O feminino costumava reivindicar que determinados lugares também deveriam ser de acesso, mas participar dos cursos de ciência e tecnologia era estar se disciplinando, seja na vestimenta, no comportamento ou no estudo científico. Para além disso, a disciplina que essa área do conhecimento impunha, muitas vezes fazia as mulheres acatarem as dificuldades que lhes eram impostas, mesmo sabendo que tais comportamentos excludentes eram absurdos. Elas estavam se disciplinando sem se dar conta através da pressão psicológica, demonstrada nos exemplos citados anteriormente, o receio de gerar confusão em ambiente de trabalho e até a falta de apoio dos colegas de profissão podem comprovar.

Diante dessa quebra e aceitação das imposições disciplinadoras, pergunta-se: qual o lugar da mulher? Na sociedade Brasileira, em 1970, as mulheres contribuíam 20% da população economicamente ativa, em 2005 representavam 42%, já nas universidades, constituem pouco mais de 50% dos alunos (RODRIGUES, 2005). As estatísticas nos levam a análise que o lugar da mulher sofre uma reinvenção nesse período.

Pensemos na raridade que é a presença feminina em algumas profissões, como exemplo, a primeira e única mulher a ir ao espaço foi Valentina Tereshkova. Natural da Rússia, fez a seleção para ir em missão ao espaço no ano de 1963, mas teve dificuldades de ser aprovada por ser mulher, após conseguir a vaga, do sucesso na empreitada e do retorno a terra, ela fez carreira como engenheira, foi condecorada pela missão e reconhecida em desafios posteriores. A escassez, nesse caso, gerou o espanto.

Avaliemos outra subárea na ciência e tecnologia, conheçamos agora Rosalind Franklin. Natural de Londres, estudou na adolescência em uma das poucas escolas que ensinava Química e Física para mulheres, e aos quinze anos anunciou que seria uma cientista. O pai, muito conservador, era contra o ensino superior para mulheres e tentou convencê-la a prestar serviço social, sem sucesso, ele a matriculou no Newnham College, uma faculdade só para mulheres na Universidade de Cambridge onde a mesma se formou em 1941. No ano seguinte, passou a trabalhar como pesquisadora no Reino Unido e promoveu com desenvoltura pesquisas importantes sobre o carbono e microestrutura de grafite, descobriu que quando combinadas a outros elementos químicos formavam componentes que servem a fabricação e utensílios de mecânica, aeronáutica, fabricação de calçados, dentre outros. Foi essa a base para o doutorado obtido em 1945, porém foi no laboratório de Paris que ela viveu o que a ciência chama de injustiça científica. Rosalind participou de pesquisas sobre o DNA, na época era ignorada por seus companheiros de laboratório de maneira tão pejorativa, que esses trocavam cartas se referindo a cientista como “bruxa” e desejavam sua ausência quando diziam em escritos íntimos “espero que a fumaça de bruxaria saia logo de nossas vidas” (MIOTO, 2010).

Nos avanços científicos sobre a pesquisa com o DNA, Rosalind conseguiu emitir imagens através de raio-x que permitiam uma melhor visualização ótica da estrutura. Ela guardou esse material e um dos alunos, sem seu conhecimento, levou as imagens para Watson e Crick, os dois outros cientistas responsáveis pelo laboratório, que após análise, conseguiram ver que o DNA era composto por uma dupla Hélice. O novo modelo foi publicado cientificamente como descoberta dos dois cientistas e o trabalho na coleta do material que permitiu a descoberta não foi atribuído a Rosalind. A cientista nunca desconfiou, apenas achou que as descobertas de seus companheiros eram parecidas com as dela (MIOTO, 2010).

Watson e Crick receberam o Prêmio Nobel pela descoberta e só após a morte prematura de Rosalind, aos trinta e sete anos com câncer nos ovários, revelaram a contribuição da cientista que faleceu sem saber da importância que teve na pesquisa.

Rosalind foi um exemplo de transgressão quando não aceitou ser disciplinada e insistiu com o pai, que era contra o ensino superior para mulheres, até conseguir ser uma cientista. Ela também é prova da intolerância e do desrespeito com que as mulheres dentro da ciência e tecnologia por vezes são tratadas. Nesse caso, em específico, a inflexibilidade resultou em ser chamada de Bruxa e ser excluída de uma descoberta que ajudou a fundamentar. Embora ela não tenha sido disciplinada pelo pai, Rosalind o foi no ambiente de trabalho, pois não há registro de reivindicações a esse tratamento e a sua exclusão nas atividades científicas na universidade de Cambridge, o que leva a crer que ela acatou certos comportamentos.

Estamos diante de uma junção de ações que mostram a intolerância do meio público à presença feminina em determinada área do conhecimento e a desestabilização que uma mulher provocava sendo cientistas, engenheiras, astrônomas e físicas. Vimos, nos exemplos citados, que reinventar os lugares não é só uma necessidade, é uma ação difícil. Baseado nesse pressuposto, conheçamos a partir de agora, um pouco da trajetória da mulher no campo da Ciência e Tecnologia, seus feitos, experiências e dificuldades, nesse lugar dito culturalmente masculino.

O que faz o número de mulheres na Ciência e Tecnologia ainda hoje ser consideravelmente menor do que o número de homens? Em 2005, Lawrence Summers, reitor da Universidade de Havard, alegou durante um evento intitulado “As Mulheres e a Ciência” que as mulheres se mostravam mais incapazes de serem boas pesquisadoras e que as diferenças biológicas explicariam o reduzido sucesso de mulheres na ciência (COSTA, 2006). O comentário partiu do argumento de as mulheres não disponibilizarem oitenta horas semanais para as disciplinas de cálculo devido as jornadas no lar, fazendo com que os companheiros homens tivessem um maior desenvolvimento nas disciplinas devido ao máximo tempo disposto a dedicação universitária.

O discurso foi rebatido pela imprensa mundial e pelas mulheres em protestos e movimentos sociais. A fala do reitor expressa, de certo modo, a visão de parte da sociedade, olhares que acarretaram dificuldades à carreira profissional de mulheres, de maneira que, foram

apenas nos últimos anos que houve crescimento das mulheres nas atividades de Ciência e Tecnologia (MOREIRA, VELHO, 2010). Essa realidade é possível, pois de acordo com Moreira e Velho, “em geral a ciência é vista como atividade tipicamente masculina e a imagem de cientistas é associada aos homens” (2010, p.284), mudar tal realidade exige organização para rebater costumes, geralmente a associação de mulheres engenheiras vem se unindo em prol de serem ouvidas e setores das humanidades vem questionando a disparidade de gênero no setor, mas as movimentações sociais ainda são escassas e/ou silenciadas.

Citeli afirma que a negação da participação feminina nas ciências “têm sido historicamente constitutiva de uma peculiar definição de ciência como indiscutivelmente objetiva, universal e masculina” (2000, p.68), o que serve para diferenciar masculino de feminino e ciência de não ciência, cabendo a mulher os conhecimentos não científicos. O que pode ser comprovado pelos dados estatísticos analisados nas universidades e no campo empregatício no Brasil:

Os dados apresentados pelo CNPq em seus censos mostram que atualmente (ano de 2006), apesar das mulheres indicarem em torno de 47% do total de pesquisadores, a sua participação é significadamente menor na grande área da engenharia e ciências da computação. Nesse caso, dos 13.006 pesquisadores, 9.671 (74,35%) são homens e 3.299 (25,36%) mulheres, sendo o espaço mais masculino da pesquisa brasileira. Em 2014 esse número aumenta para 27% (CABRAL, 2006, p.03).

Os dados comprovam que dentro do setor da Ciência e Tecnologia o espaço é predominantemente masculino. Carla Cabral também menciona que nas reitorias, vice-reitorias, pró-reitorias e nos comitês de assessoria do Ministério da Educação a predominância também é masculina e cita que Hildete Melo, em pesquisas, ao investigar o número de bolsas de produtividade e pós-doutorado no período da década de 1990, constatou que há uma distribuição que simboliza o viés sexista impregnado na ciência, pois o maior número de bolsas concedidas as mulheres estavam nas Ciências Biológicas, seguido de

Humanidades, enquanto que nas Engenharias o percentual de mulheres com bolsas de produtividade foi de 15% (2006).

Ana Maria Campos (2012) afirma em entrevista que o número de mulheres nas engenharias desde que foi aluna até a última turma enquanto professora da Escola Politécnica da Paraíba e consequentemente Universidade Federal da Paraíba não crescia, a média entre as meninas iam de 3 a 7 por sala, desconsiderando as desistências. Rafaela Duarte (2016), professora da Universidade Federal de Campina Grande, ressalva que é muito comum as meninas de Ciências da Computação desistirem do curso e seguirem em áreas completamente opostas. Os números da tabela anterior conseguem comprovar essa constatação, a diferença entre homens e mulheres em cada estado nesse ramo profissional é alto. O que poderia ocasionar isso?

Berman coloca que a mudança de pensamento da sociedade é fundamental para o desenvolvimento mais democrático das ciências, no qual homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de participação e crescimento (1997), esse processo de mudança é lento e complexo, uma vez que, um aumento de meninas na ciência não indica um índice de mulheres cientistas.

Porque os avanços femininos são pouco reconhecidos socialmente? Devemos pensar como essa transgressão pode ser eficaz diante das barreiras e avanços que os números apresentados evidenciam. Podemos analisar que o controle do saber fez de determinadas áreas um instrumento de poder e que uma maneira de quebrar esse paradigma é utilizando a transgressão para desestabilizar tais tradições.

Avaliemos mais um ponto, as taxas salariais e de desemprego:

A desigualdade de rendimento se mantém em todos os estados e regiões, pois 71,3% das mulheres que trabalham ganham até dois salários mínimos contra 55,1% dos homens. A proporção de mulheres dedicadas aos trabalhos domésticos é de 19,2%, as que não recebem remuneração, ou seja, 5,9% é bem superior a dos homens, que configuram 0,8%. Mais de 70% da população feminina ocupada (IBGE 2003) encontra-se no setor de serviços, o que indica a persistente segregação feminina no mercado

de trabalho. Além disso, as mulheres apresentam maiores taxas de desemprego – 6,7%, enquanto os homens apresentam 5,9%. São também maiores entre as mulheres, as taxas de trabalho informal, ressaltando ainda, que o trabalho doméstico em suas residências que consomem tempo das que exercem trabalho remunerado são considerados como inatividade (BANDEIRA, BITTENCOURT, 2005, p.178-179).

Os números indicam que mesmo conquistando um espaço público e profissional, as mulheres ainda enfrentam discrepância em relação a distribuição salarial, juntamente com a dupla jornada de trabalho que não é reconhecida socialmente. Isso indica que o paradigma das funções do lar para a mulher ainda é forte na sociedade, mostrando uma formação cultural de outrora ainda consistente:

Nos Estados Unidos, em 1970, 80% das mulheres brancas consideravam muito preferível que a esposa permanecesse em casa; sete anos mais tarde, apenas 50% pensavam assim. Em 1969, 46% dos franceses se reconheciam no ideal de “uma família em que só o homem exerce uma profissão e a mulher fica em casa”: em 1978 essa porcentagem cai para 30%. Depois a legitimidade da atividade feminina se acentuou ainda mais (LIPOVETSKY, 2000, p.219).

É curioso pensar que nos anos 2000, 53% dos franceses ainda dizem que a mulher não deveria trabalhar se tivessem filhos pequenos ou poderiam ter uma profissão caso a família não conseguisse viver com apenas um salário (LIPOVETSKY, 2000), em 2015 40% ainda pensam de tal maneira. Em entrevista, Ana Maria Costa afirma que conheceu um casal, ambos engenheiros civis que dividiam o mesmo espaço de trabalho e tinham a mesma carga horária. Mas ao chegar em casa o marido não queria ajudar nas funções do lar alegando cansaço do dia de trabalho e a esposa questionava que tinha tido o mesmo dia. O fragmento demonstra a formação cultural de que os serviços do lar são femininos.

Na divisão das profissões, os postos de secretária são ocupados em mais de 97% por mulheres e 90% dos enfermeiros são do sexo fe-

minino. Em compensação elas não representavam 16% dos operários qualificados em 1995 e 7% dos contramestres e técnicos, no setor da construção sua presença é inferior a 5% e apenas 10% dos engenheiros são mulheres (LIPOVETSKY, 2000). Uma vez que os estereótipos de gênero resistem mais facilmente na base do que no topo, as tarefas de execução ainda são marcadas pelos clichês superiores, por exemplo, é mais aceitável aos olhos sociais ver uma mulher engenheira ou chefe de estado do que uma pintora ou encanadora.

Todos esses estereótipos são comprovados no fenômeno do “Teto de Cristal”, que não gera apenas desigualdades e dificuldades, mas Lipovetsky coloca que “a sub-representação numérica das mulheres gera uma tendência ao retraimento, ao apagamento: o que aflige as mulheres não é medo do sucesso, mas o medo da visibilidade” (2000, p.270).

Devemos analisar que:

Sem dúvida, as áreas universitárias são marcadas pela clivagem dos sexos (áreas técnicas com predominância masculina; áreas de humanidades com predominância feminina), mas em menor nível que no ensino profissional. As moças constituíam 5% dos efetivos das escolas de engenheiros em 1968, mas já eram 19% em 1989. Embora lenta e limitada, concretiza-se a penetração das moças nos bastiões masculinos superiores (LIPOVETSKY, 2000, p.275).

Pensemos a partir do raciocínio do autor: quanto mais aumenta a parcela de manipulação dos símbolos e do imaterial, mais os estereótipos se enfraquecem. Foi por esse motivo que a transgressão feminina se tornou uma necessidade, a ocupação de lugares antes ditos apenas como masculinos por imposições culturais baseadas em argumentos embora pretensamente científicos não fundamentados é revolucionária e propõe uma mudança necessária. As mulheres consciente ou inconscientemente ao ocupar um lugar na Ciência e Tecnologia estão contribuindo para uma elaboração de uma nova prática cultural que está se impondo ao longo de gerações. É importante lembrar que o ato da escolha de um curso superior, mesmo

quando ainda se está na adolescência, é tomada apenas por afinidade, pressão familiar ou desejo de conhecer algo novo, parece uma simples fase da vida, mas na verdade escolher por determinadas áreas indica ajudar essa transformação.

Vem de muito tempo o espanto provocado no mercado da engenharia e da ciência e tecnologia. No Brasil começou pelo pioneirismo de Edwiges Maria Becker Hom´meil, formada em 1917 pela Escola Polythecnica do antigo Distrito Federal (RJ); Annita Dubugras, engenheira industrial, também formada nessa mesma Escola; Iracema Brasileira, engenheira civil pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte, formada em 1922; Maria Ester Corrêa Ramalho, que saiu dos bancos da Politécnica do Distrito Federal, em 1924, e de Carmem Velasco Portinho, nascida em Corumbá e formada em 1926. Essas foram as primeiras engenheiras formadas no Brasil. São notáveis. Tiveram participação decisiva em projetos, obras e em alguns casos, na orientação setorial das profissões que abraçaram. (FERNANDES *et al*, 1999).

Algumas mulheres dizem que não desejam ocupar o lugar do homem, mas ocupar o espaço que o mercado lhes proporciona. Elas também afirmam que há lugar para todas, na medida de suas específicas capacidades e habilidades. Outras reivindicam um espaço mais amplo, por considerarem que ao homem, ainda, cabe a melhor parte, senão do ponto de vista profissional, ao menos no que diz respeito a remuneração que seria mais alta para funções semelhantes. Esse, no entanto, para outras engenheiras, não é problema generalizado, elas acham importante a emulação – desde que limitada ao aspecto profissional – pois a competitividade inteligente ajuda no processo de aperfeiçoamento necessário à qualquer atividade (FERNANDES *et al*, 1999).

Os dados demonstram que a inserção feminina na Ciência e Tecnologia ainda é gradual e esporádica, é um espaço em conquista e por isso desafiador ao feminino, uma vez que, culturalmente tal espaço foi tido e classificado como masculino, o teto de cristal está em movimento e as constantes organizações por mulheres em prol da conscientização de sua importância nos setores da Ciência e Tecnologia vem sendo trabalhada hoje desde a graduação com grupos de

pesquisa específicos para as alunas, de forma a instruir e incentivar a busca profissional. São pequenas movimentações sociais, ainda em organização e articulação, em busca de garantir o direito feminino na área em questão, um direito não só no papel, mas também na prática.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS

Ana Maria Costa. Engenheira Civil. Entrevista realizada dia 06/05/2013 às 19,00 hs, na sala do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande na UFCG.

Helena Pereira. Engenheira Mecânica. Entrevista realizada dia 03/09/2015 às 19:40hs, na sala do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande na UFCG.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Lourdes, BITTENCOURT, Fernanda. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras. In: SWAIN, Tania, MUNIZ, Diva do Couto (org). **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas.** Florianópolis, Editora Mulheres, 2005.

BERMAN, Ruth. Do dualismo de Aristóteles à Dialética Materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, Alison M. BORDO, Susan R. (orgs) **Gênero, Corpo, Conhecimento.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

CABRAL, Carla Giovana. **Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado.** Cadernos Pagu (27), Campinas-SP, Núcleo de estudos Gênero-Pagu/Unicamp 2006.

CITELI, Maria Teresa. **Mulheres nas ciências; mapeando campos de estudos.** Cadernos Pagu (15), Campinas-SP, Núcleo de estudos Gênero-Pagu/Unicamp 2000.

COLLING, Ana. A construção Histórica do Feminino e do masculino. In: STREY, Marlene; CABEDA, Sonia; PREHN, Denise. **Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas**. 1ed, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino na história**. Editora UFGD, 2014.

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Fernandes et al). **A Mulher da Área Recnológica no Brasil – pesquisa quantitativa e comparativa entre mulheres e homens na área tecnológica da engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, meteorologia e geografia**. Brasília, GS4 Gráfica e Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. “Prefácio à Transgressão”. In **Ditos e Escritos**,v.III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 14 ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **História da Sexualidade: Vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza Albuquerque e Guilhon Albuquerque. 18 ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Trad. Raquel Ramalhe. 41 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MATOS, Maria Izilda, BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MIOTO, Ricardo. **Carta revela desprezo por Rosalind Franklin, “Mãe do DNA”**. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com>.

br/ciencia/807079-carta-revela-desprezo-por-roosalind-franklin-mae-do-dna.shtml Acesso em: 21 ago. 2017.

RODRIGUES, Almira. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI. In: **Mulheres em Ação: Práticas Discursivas, Práticas Políticas**.Org: Swan, Tania Navarro, Muniz, Diva do Couto. 1ed. Belo Horizonte: PUC-MINAS, 2005.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (org) **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

Recebido em: 11/07/2017.

Aprovado em: 18/12/2017.